

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.275.889 - RS (2018/0082342-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : TEREZINHA CEZAR DE MELLO
ADVOGADOS : ELTON FERNANDES PENNA - RS012550
DANIELA BECK PENNA - RS061844
CRISTIANE BECK PENNA - RS065926
AGRAVADO : VERA CRUZ SEGURADORA S.A.
ADVOGADOS : GRAZIELE MARTIMBIANCO - RS054844
LEONARDO CARTELLI DE CARVALHO E OUTRO(S) - RS059281

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 244):

Agravo de instrumento. Seguros. Cumprimento de sentença. Não incidência dos honorários no presente cumprimento de sentença diante das particularidades do caso concreto. Multa do art. 475-J e honorários do cumprimento que já foram repelidos em etapa processual anterior. Agravo de instrumento não provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 262-267).

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação dos arts. 206, § 1º, II, “b”, do Código Civil de 2002 e 502 a 508 do Código de Processo Civil de 2015.

Insurge-se contra a manutenção da decisão que rejeitou a impugnação ao cálculo e a incidência de honorários na fase de cumprimento da sentença.

Sustenta a prescrição da pretensão da seguradora recorrida de reaver valores levantados a maior.

Afirma que, em cumprimento de sentença, a primeira instância manteve a condenação da recorrida ao pagamento da multa prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil de 1973, e ainda, dos honorários sucumbenciais no importe de 20% (vinte por cento).

Aduz que, em razão da rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, afastou-se a condenação da recorrida ao pagamento dos honorários da

impugnação e não aos honorários de sucumbência do cumprimento de sentença, e que, portanto, o acórdão ora impugnado violou a coisa julgada, ao entender pela não incidência da verba sucumbencial do cumprimento de sentença.

Alega que a decisão proferida foi contrária à prova dos autos e defendeu a necessidade da sua reavaliação.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 285).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 312-317 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 334).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Da análise dos autos, verifica-se que a discussão a respeito da suposta violação dos arts. 206, § 1º, II, “b”, do Código Civil de 2002 e 502 a 508 do Código de Processo Civil de 2015, não foi objeto de exame pela instância ordinária, e sequer foram opostos embargos de declaração na origem para suprir eventual omissão sobre esses aspectos, o que torna inviável sua análise, pois ausente o requisito indispensável do prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública. Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. MARCA. REGISTRO. CADUCIDADE. SÚMULAS N. 7 E 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, ainda que se trate de matéria de ordem pública, é exigido o prequestionamento.

2. Ausente o prequestionamento a respeito da legitimidade ativa, incidem as Súmulas n. 282 e 356 do STF, aplicadas por analogia ao recurso especial.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.285.674/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/9/2018, DJe 27/9/2018.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

